

**Especial**

A greve nacional histórica, a realização do Congresso do Andes-SN em Manaus e o plebiscito pelo 10% do PIB foram alguns dos fatos que marcaram o biênio. **Págs. 5,6, 7 e 8.**

# adua

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

**Pleito**

## Adua tem nova diretoria eleita em setembro

Chapa única “Resistência, participação e conquistas” vence a eleição, realizada nos cinco campi da Ufam e na capital, por 164 votos. A nova direção propõe o reforço da luta docente no próximo biênio. **Pág. 3**

**Nota baixa**

## Professores contestam a pesquisa do Grupo Folha

Ranking inédito e nacional concede nota zero à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em qualidade de ensino e deixa a instituição na 43ª posição. **Pág. 9.**

# Luta docente continua após suspensão da greve

**D**epois de quatro meses de paralisação nacional histórica, professores voltam às salas de aulas, mas mantêm “alerta” paredista, reforçando que, se o Governo Federal não reabrir as negociações sobre o Plano de Carreiras a greve pode voltar a qualquer momento em todas as universidades federais do País. **Pág. 4.**



## Editorial

A Adua celebra nesta nova edição a abertura de um novo ciclo de lutas, resistências e conquistas. Após quatro meses de greve, a nova diretoria assumirá com o compromisso de dar continuidade à luta pela reestruturação da carreira e condições de trabalho nas IFE. Conforme foi possível observar, a maior greve dos docentes das universidades federais brasileiras permitiu que esta nova diretoria iniciasse seus trabalhos com a convicção de que os professores estão mobilizados e preparados para os novos enfrentamentos em defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

A diretoria que deixará a gestão da entidade, após dois anos de gestão, entregará seu posto após vivenciar momentos emblemáticos. Dentre eles, salientamos a realização do 31º Congresso do Andes-SN realizado na cidade de Manaus no início do ano. Naquele momento, a base do Andes deixou clara sua disposição para lutar em prol dos princípios defendidos pelo Sindicato Nacional. Assim, a posse da nova diretoria se dará em um momento que tanto Adua, quanto Andes se consolidam no cenário local e nacional como as legítimas entidades representativas dos docentes e comprometidas com a defesa de seus direitos.

Aos novos diretores da Adua está sendo deixada uma agenda de trabalho que resultou da mobilização dos professores. São muitos os problemas a serem enfrentados na Ufam, considerando as especificidades da região Norte em relação ao contexto nacional. Estes problemas perpassam não apenas questões referentes à gestão da universidade, mas a sua concepção. A greve nos possibilitou pensar e discutir sobre a Universidade que queremos. Agora é hora de continuar a luta, com a convicção de uma batalha travada e muitas por vir.

## Notas

### “Carona”

Quando a greve dos professores federais superava a marca de 100 dias e a categoria enfrentava dificuldades para ter a pauta reivindicatória – a reestruturação da carreira docente e a melhoria das condições de trabalho – atendida pelo governo federal, no Congresso Nacional, os parlamentares não precisaram de muito esforço para aprovar aumento salarial dos servidores das duas casas. Ao contrário dos servidores do Executivo, os do Legislativo não fizeram greve e ainda pegaram “carona” no reajuste escalonado de 15,8%, aceito por grande parte das categorias dos servidores públicos federais. A discussão sobre o aumento para o Senado ocorreu sem alarde, durante reunião da Mesa Diretora, realizada no último dia 28. O impacto previsto para os cofres do Congresso apenas em 2013 gira em torno de R\$ 302 milhões. Desse total, o Senado deverá ser responsável por R\$ 132 milhões. Na casa, serão beneficiados com o aumento 3.182 servidores concursados e 3.331 comissionados.

### Rejeição

Durante a AG do dia 12 de setembro, os docentes rejeitaram o Projeto de Lei (PL)

4.368/12, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e tramita na Câmara dos Deputados. O PL é resultante do simulacro de acordo assinado pelo governo e a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), entidade que não representa o conjunto dos professores federais.

No entendimento da maioria dos docentes, o PL aprofunda ainda mais a desestruturação da carreira. Principalmente por esse motivo, a categoria deve concentrar esforços em outras estratégias. “À medida que o governo enviou o PL ao Congresso Nacional, a nossa luta entrou em uma nova fase, que exige de nós outras táticas, voltadas, sobretudo, ao Legislativo”, explicou o professor Antônio Neto.

### Na geladeira

O Governo Federal conseguiu o que tanto queria: adiar a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2013. Antes de chegar ao Senado, a presidente Dilma Rousseff pediu que o projeto retornasse para Câmara dos Deputados para alguns “ajustes”, que até hoje não foram justificados. Além disso, a presidente exige que após votação do Senado,

o plano volte, novamente, para última avaliação na Câmara. Com isso, lá se vão dois anos que o Brasil está sem PNE, limitando, assim, todas as diretrizes do investimento e desenvolvimento na educação. Como pode um País crescer dessa forma?

### Entre os piores

O reflexo desse impasse no PNE pode ser notado em mais uma pesquisa relacionada a situação educacional brasileira. Em um grupo de 29 países, o Brasil ocupa o 23º lugar no ranking de investimentos no ensino superior, segundo pesquisa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada, em Paris, na França.

Segundo os dados, os investimentos brasileiros no ensino em geral atingiram 5,55% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a meta para os países da OCDE é 6,23%. O PNE, que ainda não foi aprovado, prevê 10% do PIB.

Além disso, a organização alerta que mais investimentos em educação geram oportunidades de emprego. De acordo com a OCDE, 85,6% dos profissionais com ensino superior conseguem emprego no Brasil, o que revela como a formação é fundamental.

## Charge



## Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior contribua para o Jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail: imprensa.adua@gmail.com

[www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)  
[www.twitter.com/docentes\\_ufam](https://twitter.com/docentes_ufam)



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.  
**Diretoria:** Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharciso Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).  
**Jornalista responsável:** Lídia Ferreira (SRTE-AM 398)  
**Reportagem:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398), Daisy Melo (SRTE-AM 219) e Andes-SN

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)  
**Fotografias:** Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira, Susy Freitas e Andes-SN  
**Impressão:** Gráfica Silva. 2000 exemplares.  
**Fone/Fax:** (92) 3088-7009 / 3305-4103  
**e-mail:** aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)  
**Endereço:** Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)

**Mudanças**

# Eleita a chapa 'Resistência, participação e conquistas' para o próximo biênio

Com 164 votos, a chapa "Resistência, Participação e Conquistas" foi eleita para assumir a diretoria da Associação dos Docentes da Ufam (Adua) no biênio 2012/2014. A apuração do pleito ocorreu no dia 21 de setembro, com participação do presidente da Comissão, Luiz Fábio Paiva, do membro da comissão, Carlos Humberto Corrêa, e da representante da chapa Ana Gomes. No total, 169 professores foram às urnas na capital e em quatro dos cinco campi da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) do interior do Estado, sendo cinco votos brancos. A posse ocorreu no dia 28 de setembro.

Em Manaus, seis urnas foram instaladas em diferentes unidades do Campus Universitário, que resultaram em 139 votos a favor da chapa e cinco brancos. A urna do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) concentrou a maior parte dos votos com 43. Itacoatiara, Benjamin Constant, Parintins e Coari somaram 25 votos válidos e nenhum em branco. O único campus da Ufam no interior que não realizou eleições foi Humaitá. Nessa eleição, 863 docentes estavam aptos a votar. Conforme o Regimento Eleitoral é permitido participar os professores sindicalizados e em dia com as contribuições.

A vencedora é a chapa única "Resistência, Participação e Conquistas". Segundo o último presidente da Adua Antônio Neto, a chapa reúne professores com larga experiência na Ufam e também recém-chegados. Neto ressaltou que essa composição é resultado do atual período político das universidades públicas federais. "Ela é fruto da dinâmica e da participação dos docentes nas atividades diárias da última greve", disse. Na avaliação da última gestão da diretoria, a chapa vencedora se apresenta com um projeto de continuidade. "É comprometida com os interesses da categoria, que luta pela reestruturação da carreira docente e por melhores condições de trabalho na Ufam", destacou.

**Novo presidente**

Para o professor José Belizário Neto, eleito para o cargo de presidente da Adua, a inscrição da chapa pode ser considerada como o primeiro 'ganho político' da para-

**Diretoria**

 <b>Presidente:</b> José Belizário Neto (ICHL). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).	 <b>1ª vice-presidente:</b> Antonieta do Lago Vieira (FT). Doutora em Engenharia de Automação pela Unicamp.	 <b>2º Vice-presidente:</b> Rafael Bellan R. de Souza (Parintins). Doutor em Sociologia pela Unesp.	 <b>1º secretário</b> Marcelo Mário Vallina (ICHL). Mestre em Serviço Social pela Univ. Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
 <b>2ª secretária</b> Ana Lúcia Gomes (ICB). Doutora em Biologia de Água Doce e Pesca Interior (INPA/Ufam).	 <b>1º tesoureiro:</b> Raimundo Nonato Pinheiro (FES). Mestre em Administração pela Univ. Federal de Santa Catarina (UFSC).	 <b>2º tesoureira:</b> Ana Cristina Belarmino de Oliveira (FCA). Doutora em Energia Nuclear aplicada à Agricultura (USP).	

lisação. "Essa candidatura foi construída no calor da greve e, portanto, é resultado dela. Diferente de anos anteriores, quando houve muita dificuldade para formação de chapas, conforme relatos de alguns colegas", pontuou.

Conforme Belizário, a constituição de um Comando Local de Greve (CLG) mais amplo, formado por uma média de 30 professores – em greves anteriores, esse número não chegava à metade – permitiu a composição de uma chapa mais democrática e mais participativa. "Temos representantes de várias unidades acadêmicas. Pessoas que colocaram os seus nomes à disposição, para que pudéssemos praticar o exercício da democracia, durante a escolha dos docentes", explicou.

Por isso, Belizário fez questão de destacar o papel dos docentes que compõem o Conselho das Unidades (Crad) na chapa. "A nossa executiva [diretoria] está constituída, mas os Crads terão tanta importância quanto a direção, pois um conselheiro é fundamental para que a Adua se faça presente nas unidades acadêmicas", disse.

Sem vaidade, o novo presidente também ressaltou que a escolha do nome dele não atendeu a um desejo pessoal. "Primeiramente, gostaria de destacar que o

meu nome foi uma escolha da base. Estou muito feliz por ter sido indicado, me sinto lisonjeado e quero responder a esse chamado com minha contribuição a esse trabalho que está muito bem consolidado, feito pela gestão atual", disse Belizário, acrescentando que a motivação em participar surgiu da "convivência ao longo da greve".

Por isso, Belizário fez questão de desta-

car o papel dos docentes que compõem o Conselho das Unidades (Crad) na chapa. "A nossa executiva [diretoria] está constituída, mas os Crads terão tanta importância quanto a direção, pois um conselheiro é fundamental para que a Adua se faça presente nas unidades acadêmicas", disse.

Sem vaidade, o novo presidente também ressaltou que a escolha do nome dele não atendeu a um desejo pessoal. "Primeiramente, gostaria de destacar que o meu nome foi uma escolha da base. Estou muito feliz por ter sido indicado, me sinto lisonjeado e quero responder a esse chamado com minha contribuição a esse trabalho que está muito bem consolidado, feito pela gestão atual", disse Belizário, acrescentando que a motivação em participar surgiu da "convivência ao longo da greve".

Universidades públicas federais. "Ela é fruto da dinâmica e da participação dos docentes nas atividades diárias da última greve", disse. Na avaliação da última gestão da diretoria, a chapa vencedora se apresenta com um projeto de continuidade. "É comprometida com os interesses da categoria, que luta pela reestruturação da carreira docente e por melhores condições de trabalho na Ufam", destacou.

<b>RESULTADO DAS ELEIÇÕES - ADUA GESTÃO 2012/2014</b>				
URNAS	UNID. ACADÊMICAS	VOTOS VÁLIDOS	VOTOS BRANCOS	TOTAL
1	Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem	17	1	18
2	FAPSI, FCA, ICB e FEFF	27	0	27
3	FACED e FES	28	1	29
4	ICHL	43	0	43
5	FT, ICE e FD	19	3	22
6	Sede ADUA	5	0	5
7	Benjamin Constant	8	0	8
8	Coari	2	0	2
9	Itacoatiara	6	0	6
10	Parintins	9	0	9
<b>TOTAL</b>		<b>164</b>	<b>5</b>	<b>169</b>

\* Não houve eleição em Humaitá.

## Histórico

Foto: Lídia Ferreira



Em assembleia, docentes da Ufam decidem voltar às aulas, mas reforçam: “não é o fim da greve e as mobilizações vão continuar no campus”

# Professores mantêm alerta de greve após suspender paralisação nacional

Com o encaminhamento da suspensão unificada da paralisação pelo Comando Nacional de Greve (CNG) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), os professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) interromperam a greve no dia 17, data em que completou quatro meses de duração, superando a mais longa paralisação da história, ocorrida em 2001, que durou 110 dias. Seguindo a decisão da entidade representativa, as atividades acadêmicas foram retomadas no dia 18. A suspensão do movimento paredista na Ufam foi marcada com um ato público realizado na manhã do dia 17, no “Bosque da Resistência”, em frente ao Campus Universitário.

Com carro de som e bandeiras, os docentes entregaram panfletos informando a decisão nacional. “Estamos voltando para

a sala de aula, mas continuamos mobilizados, na luta pela reestruturação e valorização da carreira e por melhores condições de trabalho”, discursou ao microfone o professor José Belizário Neto. Após a leitura do comunicado sobre a suspensão da greve, a professora Rosa Helena Dias da Silva explicou de que maneira os professores irão retomar as atividades. “Vamos nos organizar para a retomada, mobilizados, em estado de alerta, até porque suspensão não significa saída”, disse.

**Depois de quatro meses, professores voltam às salas de aulas na Ufam mas ressaltam que a luta continua**

Nas próximas semanas, os docentes irão discutir o calendário acadêmico com a Pró-Reitoria de

Ensino e Graduação (Proeg), que será levado para o Conselho Universitário (Consun), no dia 28 de setembro. “O calendário acadêmico começou a ser discutido, na última Assembleia Geral, e também o calendário de mobilização”, explicou o presidente da Associação dos Docentes da Ufam (Adua), Antônio Neto. A AG foi realizada na tarde, do último dia 17, no auditório Eulálio Chaves, no setor Sul, do Campus Universitário.

### Suspensão gera confusão

Prestes a completar quatro meses, os professores da Ufam votaram pela suspensão unificada da greve histórica. A decisão, tomada em AG no dia 12 de setembro, foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação locais e representantes oficiais da universidade, que, ao invés de esclarecer, acabaram por confun-

dir a opinião pública. O fato foi repudiado pelo Comando Local de Greve (CLG).

No dia seguinte ao anúncio da decisão, jornais anunciaram como certo o retorno das aulas no dia 18. Informação “confirmada” pela Proeg no site da Ufam, que disponibilizou inclusive o download de um calendário. Em nota, a instituição afirmou que “com o retorno das atividades acadêmicas na Ufam, a partir do dia 17 de setembro, com reinício das aulas no dia 18 de setembro, e face à necessidade de ordenação dos serviços administrativos e acadêmicos, a Proeg apresenta proposta de adequação do Calendário Acadêmico 2012 para o término do semestre letivo de 2012/1”. No texto não havia nenhuma ressalva de que esse calendário não é definitivo e que deverá passar por aprovação.

Com o objetivo do encontro era solicitar a publicação de uma nota de esclarecimento em relação à notícia publicada no site oficial da instituição, o CLG participou, na manhã do dia 14, de uma reunião com o vice-reitor da Ufam, Ednaldo Lima. Na ocasião, ele afirmou que, a publicação foi feita com consentimento da reitoria. “Não houve dissonância, a Proeg o fez com a nossa anuência, pois tínhamos entendido que a greve já tinha sido suspensa, agora estamos sabendo que foi indicativo”, disse. Lima afirmou que consultará a reitora Márcia Perales em relação ao pedido de divulgação da nota.

“É importante deixar claro que não entrou em pauta a saída de greve. A suspensão unificada, essa sim, foi a proposta aprovada pelos docentes. Isso significa voltar a dar aula, porém manter o estado de alerta e de mobilização para que a categoria continue na luta pela reestruturação da carreira e da melhoria das condições de trabalho”, ressaltou o 2º tesoureiro da Adua, Luiz Fábio Paiva. A posição é a mesma de toda a categoria, que suspendeu a greve, mas permanece na luta por salários dignos, melhores condições de trabalho e reestruturação da carreira docente.



As ações de mobilização vão continuar para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a luta docente



# Dois anos marcados por lutas e greve histórica pela Educação



## Retrospectiva

# Biênio de lutas e realizações para

No último biênio, os professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) realizaram uma série de mobilizações, conquistas e, principalmente, uma luta intensa em prol da educação pública, gratuita e de qualidade. Juntos, associados e não-associados da Adua tomaram decisões importantes em assembleias, como por exemplo, o ingresso do Amazonas na greve nacional dos professores, encabeçada pelo Andes-SN, que paralisou mais de 53 universidades federais em todo o País.

No cenário local foi notório que o descontentamento da forma como a educação superior vem sendo tratada pelo Governo Federal vai além da classe docente. Técnicos e estudantes reforçaram o movimento paredista ao oferecer apoio à greve. Os servidores da Ufam suspenderam suas atividades durante 70 dias, enquanto os docentes ultrapassaram 120 dias.

Já os alunos formaram o Comando de Greve Estudantil (CGE), responsável por realizar inúmeras atividades de conscientização sobre a luta docente, como encontros, palestras, oficinas e atos públicos. “A participação dos estudantes de Medicina e Odontologia que, inclusive, tomaram a iniciativa de organizar uma passeata nas ruas ao redor das duas faculdades, foi um marco histórico, re-

velou o quanto os próprios estudantes também estão insatisfeitos com a atual situação da universidade”, ressaltou o presidente da Adua, Antônio Neto.

O professor relembra que a força do movimento paredista é fruto da reconstrução da mobilização docente, feita com a retomada das assembleias setoriais em cada faculdade da Ufam, realizadas ao longo do ano de 2011 e início de 2012, bem como as inúmeras assembleias encabeçadas pela Adua. “Reconquistamos a unidade do movimento, atraindo os docentes para a luta. A prova disso foram várias assembleias com mais de 200 professores”, disse.

Essa mobilização política é fruto também do 1º Seminário de Gestão Sindical Estratégica, organizado pela Adua, que teve como convidado, Paulo Barela, coordenador do GT-Trabalhadores do Serviço Público da Conlutas, o assessor sindical Nazareno de Deus Godeiro e coordenador geral do Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-econômicos (Ilaese), de São Paulo,

## Processo 3,17%

Além da greve, o último biênio foi marcado por conquistas importantes. Uma delas foi o Processo de Execução 2006.5067-5, mais conhecido como “Pro-



cesso 3,17%”, que há 10 anos estava tramitando na Justiça Federal. A ação judicial possibilitou o reparo de um reajuste salarial “esquecido” em 1995. Até agosto de 2012, aproximadamente 300 docentes já receberam o valor correspondente ao reajuste salarial, com juros e as devidas

correções monetárias.

Toda a semana, a Adua continua a divulgar, no site [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br), uma lista com o nome dos professores que podem receber o benefício. A listagem vem da Justiça Federal e não tem um critério de seleção dos nomes.

## Congresso do Andes retorna a Manaus

Após 20 anos da primeira edição, o Congresso do Andes-SN foi realizado novamente em Manaus, em janeiro de 2012, durante uma semana, no Tropical Hotel. Com o tema “Caprichar na educação e garantir direitos dos trabalhadores para ter futuro”, a 31ª edição do evento foi marcada pela participação de um dos maiores contingentes de professores dos últimos anos, um total de 411 participantes, entre delegados, observadores, convidados e diretores.

Além disso, o evento se destacou pela capacidade de renovação da categoria e pelo compromisso da instituição com o direito dos trabalhadores do setor, refutando todas as práticas do governo que não priorizam a educação



pública e de qualidade, encarada como eixo da centralidade da luta aprovada pela categoria.

“Realizamos em Manaus um dos maiores Congressos dos últimos seis anos do Andes-SN, com discussões nos grupos e nas plenárias relevantes para a categoria”, afirmou a professora Marina Barbosa que,

na época era presidente do Andes-SN.

Entre os destaques do congresso esteve aprovação do plano de lutas, entre outras questões, a luta pela ampliação dos recursos para a Ciência e Tecnologia. O coletivo dos delegados aprovou ainda a ampliação de 3% para 5% da contribuição do Sindicato para a CSP-Conlutas e também escolheu

o Rio de Janeiro como sede para o próximo congresso, em 2013. Os demais encaminhamentos estão na Carta de Manaus, disponível no site da Adua.

# os professores

## Universitários exigem 10% do PIB e novo estatuto

Em 2011 foi lançada, em âmbito nacional, uma das principais campanhas para melhoria educacional do País: “10% do PIB para Educação”. Na internet, nas universidades federais e até em espaços públicos de vários Estados, a sociedade participou de um plebiscito e reforçou a vontade de ampliar o investimento do orçamento da União de 5% (o atual percentual) para 10% do PIB. Esse aumento foi definido na Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em março de 2010, em Brasília (DF), para que seja incluído no do II Plano Nacional da Educação (PNE).

A aprovação do “10% PIB da Educação” pela Câmara dos Deputados foi uma vitória para os educadores brasileiros em junho de 2012, após 18 meses de estudos, debates, audiências públicas e seminários do II PNE. Agora, falta apenas a

aprovação do Senado para que a proposta seja validada.

### Estatuante

Outra ação que mobilizou a comunidade acadêmica, especialmente em 2011, foi o processo de reformulação do Estatuto da Ufam cujas discussões devem ser retomadas neste segundo semestre. Há 10 anos, o documento não é atualizado e, portanto, está defasado diante das mudanças ocorridas na universidade.

A Adua compactou suas propostas de alterações no estatuto em um documento chamado de “Caderno da Estatuante”, fruto de várias reuniões entre a diretoria e seus associados. Entre os dez capítulos do caderno quatro são destaque, entre eles: Autonomia, Estrutura Administrativa, Gestão Democrática e Patrimônio e Financiamento.



## Greve histórica revela as mazelas das universidades

O principal fato do último biênio para a Adua foi a participação na greve nacional dos professores. Com mais de quatro meses de duração, o movimento paredista entrou para a história pelo longo período de greve; o caráter de ocupação, com atividades diárias de mobilização e por reunir um total de 53 das 57 instituições federais de todo o País.

No Amazonas, a paralisação bateu recorde. Em 2001, a greve durou 110 dias, marco ultrapassado em 2012. Nesse contexto, vale ressaltar a ação atuante dos campi do interior – Coari, Itacoatiara, Benjamin Constant, Parintins e Humaitá, que estruturaram seus Comandos Locais de Greve e, paralelo às atividades na capital, também realizaram seus respectivos calendários de mobilizações.

Outro ponto a ser ressaltado foram as ações unificadas realizadas em conjunto com outros servidores federais que também paralisaram suas atividades para

protestar contra as mazelas do serviço público.

“Ao longo dos mais de 120 dias de greve, um dos pontos positivos é a visível revitalização do movimento docente com a consolidação do Andes-SN como única e legítima representação nacional da categoria. Em função disso, mesmo com a suspensão da greve, a luta continua por outros meios, afim de que os objetivos perseguidos sejam alcançados para garantir uma universidade gratuita, pública e de qualidade”, disse o presidente da Adua, Antônio Neto.

A principal bandeira de luta dos professores federais é a reestruturação da carreira docente e as condições de trabalho e infraestrutura adequada, haja visto a falta de materiais básicos, como papel higiênico nos banheiros e local para alimentação, por exemplo, até a defasagem das bibliotecas e dos laboratórios, entre outros problemas.

## Editorial

Resistência e luta podem substantivar mais uma gestão de nossa ADUA, Seção Sindical do ANDES-SN, ao longo do biênio 2010-2012. Se ainda estamos longe de neutralizar e impedir o avanço do atraso da política educacional brasileira, num Estado cuja gerência não conhece outra alternância que aquela presidida pelo poder do capital, não é de pouca monta reconhecer que boa parte do que ainda resta de espaço republicano na educação superior nesse país de poucos encontra abrigo no sindicalismo docente praticado pelo ANDES-SN, em âmbito nacional, e na ADUA, aqui no Amazonas.

Demos continuidade à boa luta dos companheiros que nos precederam nas gestões anteriores e passamos o bastão aos que nos vão suceder com a mesma certeza de que nosso combativo sindicato vai continuar em boas mãos, em mãos e mentes não demissivas nem capituladas pelo adesismo que hoje parece dominar muitos ex-militantes que negam o passado em troca das migalhas do poder sem saber do presente sem futuro.

Se algo de substancial há na história é a continuidade da resistência e da luta dos que não se rendem às facilidades do cotidiano refratário à utopia e aos princípios que sustentam projetos de vida coletiva.

Nesse biênio, dentre tantos outros espaços em que nossa guerreira ADUA imprimiu o selo de sua resistência e luta, balizando a teoria e a prática pela natureza republicana e democrática do trabalho educativo, podemos mencionar o desencadeamento do processo estatuinte (ainda a ser concluído) da UFAM, a realização do 31º Congresso do ANDES-SN, em Manaus, no período de 15 a 20 de janeiro de 2012.

Por fim, a deflagração da mais longa, intensa e extensa greve da história da UFAM, de 17 de maio de 2012 a 17 de setembro de 2012, em que os bravos professores que sustentaram a legitimidade e a grandeza da luta nas Unidades Acadêmicas em Manaus e nas Unidades fora da sede, em Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins, se uniram à quase totalidade das Instituições Federais de Ensino de todo o Brasil, numa insurreição nacional em defesa da Universidade Pública e do direito dos brasileiros ao conhecimento como fator de cidadania.

E a greve está apenas suspensa, não encerrada, porque a luta continua. Como dizia Fernando Pessoa, “ter é tardar”.

Vamos continuar a luta, companheiros!



Nos cinco campi da Ufam no interior do Estado foram realizadas atividades relacionadas à greve

## Interior

# Campi reforçam o papel da Adua para os docentes

Com o encerramento da atuação da diretoria do biênio 2010/2012 da Associação dos Docentes da Ufam (Adua), os campi da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) do interior do Estado apresentaram as avaliações de tal gestão. Resultados obtidos, sugestões para novos gestores e críticas foram elencadas por representantes dos professores de Coari, Benjamin Constant, Humaitá, Parintins e Itacoatiara. A incorporação na diretoria da associação de docentes do interior foi um das conquistas apontadas pelos representantes dos campi.

Segundo o professor de Parintins Lucas Milhomens, o principal desafio da diretoria que deixa a Adua era concretizar uma integração mais efetiva dos professores sediados no interior do Estado à gestão. “Tal incorporação não se tratava de uma mera ‘cota numérica’, mas a materialização do entendimento de que a Ufam já não era só Manaus, que com a criação de mais cinco campi nos últimos anos era fundamental incorporar as necessidades e especificidades destes locais, principalmente dos docentes ali representados”, afirmou.

Tanto em Parintins quanto em Benjamin Constant, o apoio do sindicato na luta contra o assédio moral e o seu reconhecimento da atuação pedagógica em condições precárias no interior foi outro destaque, segundo Milhomens. “Em Benjamin Constant, além da batalha contra o constante assédio moral e reivindicações sobre melhores condições de trabalho e infraestrutura, uma das pautas constantes é o adicional de localidade e penosidade, uma demanda justa para quem atua no extremo norte do Amazonas e tem um oneroso custo de vida”.

Em Humaitá, a professora Elis Alves destacou que ainda precisam ser feitas melhorias no intercâmbio Manaus-interior. A representante relatou alguns problemas como o não recebimento de encaminhamentos feitos na capital, o que foi prejudicado, principalmente, por problemas de internet em Manaus. Outra dificuldade questionada pela docente foi o engajamento dos representantes da associação no interior, situação que foge ao controle da diretoria do sindicato. “Não há re-



presentatividade da Adua em Humaitá. Os nossos dois ‘representantes’ só o são no papel, ambos foram contra a greve, não compareceram às assembleias”, afirmou.

Considerando a relação entre interior e capital, a docente do Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari (ISB), Nara Lima, sugeriu a realização de visitas às demais unidades da Ufam instaladas em outros municípios. “Embora reconheça as dificuldades que os membros da diretoria, que também são docentes e, que por isso possuem seus compromissos na sede, possuem para se fazerem presentes nos outros campi, penso que é possível a elaboração de um calendário de visitas a estes campi no intuito de divulgar os trabalhos da associação bem como realizar debates sobre as condições de trabalho e educação nas quais estamos todos envolvidos”, recomendou.

**Só o fato de terem disponibilizado seus nomes para compor a chapa, já merecem nosso respeito**

A intensificação da presença da diretoria da Adua nos campi estimularia a sindicalização de mais professores, que é irrisória, de acordo com Nara Lima. “É

possível que se alcance uma maior sensibilização por parte dos docentes ainda não sindicalizados, embora saiba que esta sensibilização deveria partir voluntariamente de cada um que se preocupa com a realização de um trabalho que vise à qualidade da educação e que isso só pode ocorrer à medida que nos engajarmos na luta por melhores condições de trabalho”.

Ao finalizar, a professora parabenizou a diretoria, que encerra a gestão em setembro. “Parabenizo os integrantes desta última gestão, pois acredito que, só o fato de terem disponibilizado seus nomes para compor a chapa, já mereceriam o nosso respeito e consideração, pois em meio a este sistema que de uma forma ou de outra, desintegra os movimentos sociais, não é fácil encontrar pessoas dispostas para o trabalho que uma associação sindical exige”, afirmou.

Até o fechamento desta edição a representação do município de Itacoatiara não enviou a análise.



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:** Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharcisio Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).

**Jornalista responsável:** Lídia Ferreira (SRTE-AM 398)

**Reportagem:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398), Daisy Melo (SRTE-AM 219) e Andes-SN

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

**Fotografias:** Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira, Daisy Melo e Andes-SN



**Pesquisa**

# Professores contestam ranking da Folha

Anderson Vasconcelos

**R**anking inédito lançado pelo Grupo Folha coloca a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) na 43ª posição em uma classificação que inclui 191 universidades brasileiras. A instituição recebeu nota geral 49,71, menos da metade do total possível – 100 pontos. Mas, o que chama atenção mesmo é a nota atribuída à Ufam no quesito “qualidade de ensino”: zero, num item que vale 20 pontos.

A pontuação total recebida pela instituição é composta pelo somatório de outros três indicadores: produção científica (55 pontos), reputação no mercado (20 pontos) e inovação (5 pontos). Quanto à “qualidade de pesquisa”, a Ufam recebeu nota 36,71; em relação à “avaliação de mercado”, a pontuação ficou em 9,73; no quesito “inovação”, 3,63.

A liderança do Ranking Universitário da Folha (RUF) é ocupada pela Universidade de São Paulo (USP), com 98,78. Além dela, apenas outras duas instituições públicas conseguiram ficar na casa dos 90 pontos: a Universidade Federal de Minas (91,76) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (91). No outro extremo ficou a Universidade Estadual de Roraima, com nota geral 0,29. A melhor colocada da região Norte foi a Universidade Federal do Pará, na 24ª posição, com um total de 61,92 pontos.

**Crítérios duvidosos**

Para o presidente da Adua, professor Antônio Neto, os critérios utilizados pelo RUF são questionáveis. “Certamente, a Folha utilizou critérios de mercado para fazer essa avaliação, sem deixar muito claro o que eles chamam de qualidade de ensino”, disse, acrescentando que o resultado da classificação deve ser relativizado.

Neto reconhece que a Ufam passa por muitos problemas, sobretudo falta de condições de trabalho e problemas infraestruturais – um dos motivos que contribuíram para a deflagração da greve dos professores federais há mais de cem dias –, mas que ocorre certo “colonialismo interno” nas pesquisas que avaliam as universidades. “Hoje a tendência é estabelecer critérios pautados pelo mercado e pelos objetivos das empresas e não das instituições de ensino”, lamentou.

Já a professora do Departamento de Artes, Denize Piccolotto disse que não vale a pena se ater a esses números da pesquisa da Folha. “De onde saíram essas respostas? Que pesquisa é essa? Parece que ninguém respondeu a esse quesito em relação a Ufam, entende?”, questiona a docente, que acrescentou considerar estranha a metodologia aplicada.

Para avaliar a qualidade das atividades do ensino das instituições de ensino superior, a Folha entrevistou 597 pesquisadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segun-



Entre 191 universidades brasileiras, a Ufam aparece em 43º lugar

## Ranking

Ranking 2012	Universidade	UF	Esfera	Qualidade de Ensino	Qualidade de Pesquisa	Avaliação do Mercado	Indicador de Inovação	Nota Geral
1º	Univ. de São Paulo (USP)	SP	Pública	19,68	54,38	19,78	4,95	98,78
2º	Univ. Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Pública	16,21	52,55	18,1	4,89	91,76
3º	Univ. Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Pública	16,27	53,03	16,85	4,84	91
4º	Univ. Fed. do Rio Grd. do Sul (UFRGS)	RS	Pública	15,17	52,57	16,2	4,79	88,73
5º	Univ. Est. de Campinas (Unicamp)	SP	Pública	18,24	53,87	9,17	5	86,28
6º	Univ. Est. Pta. Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	SP	Pública	12,87	52,4	14,02	4,68	83,97
7º	Univ. Fed. do Paraná (UFPR)	PR	Pública	7,06	50,03	18,06	4,74	79,88
8º	Univ. de Brasília (UnB)	DF	Pública	9,7	50,3	13,97	4,37	78,34
9º	Univ. Fed. de Santa Catarina (UFSC)	SC	Pública	8,78	51,47	13,06	4,63	77,95
10º	Univ. Fed. de Pernambuco (UFPE)	PE	Pública	8,05	48,92	15,69	4,47	77,13
24º	Univ. Fed. do Pará (UFPA)	PA	Pública	3,13	42,8	11,96	4,03	61,92
43º	Univ. Fed. do Amazonas (Ufam)	AM	Pública	0	36,71	9,37	3,63	49,71
105º	Univ. do Est. do Amazonas (UEA)	AM	Pública	0	21,77	5,97	0	27,74
161º	Univ. NiltonLins (UniniltonLins)	AM	Privada	0	9,21	1,87	0	11,08
188º	Univ. Est. de Roraima (UERR)	RR	Pública	0	0,29	0	0	0,29

## Entretanto, professores da instituição questionam critérios usados pela Folha para chegar à pontuação

do a organizadora, a “amostra foi definida para representar o grupo dos melhores cientistas do país, que costumam ter experiência em docência”. A cada um deles foi pedido que apontasse as 10 melhores instituições brasileiras em sua área do conhecimento.

“A Folha informa que usou metodologia própria para o levantamento, considerando avaliações internacionais e a opinião de pesquisadores e do mercado de trabalho. Que metodologia própria é essa?”, também questiona o professor Nilson Barreiros, da Faculdade de Tecnologia. “Tem que haver mais transparência na pesquisa”, completa. Para ele, muitos aspectos não estão claros no levantamento feito pela empresa.

O professor Allan Rodrigues, do Departamento de Comunicação, foi mais categórico ainda, ao publicar em uma mídia social, um

comentário que traduz suspeita em relação às pesquisas feitas pela Folha. “Ela serve aos interesses mais conservadores deste país, aos interesses corporativos de São Paulo e tende a considerar tudo fora daquele estado como 3º mundo. Eles nem devem saber o que se pesquisa na Ufam”, afirmou.

Diferente do RUF, o Ministério da Educação (MEC) atribuiu nota 3 (numa escala de 0 a 5) à Ufam no Índice Geral de Cursos (IGC). A avaliação é considerada satisfatória e considera o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e indicadores como infraestrutura e qualidade do corpo docente, para mensurar a qualidade do ensino.

**Estudantes contestam**

Mesmo após ter tomado conhecimento da divulgação, o estudante de Pedagogia Abel Bezerra contestou os números referentes à Ufam. “Não sei quais foram os critérios utilizados pela Folha, mas não acho justa essa nota referente à qualidade de ensino. Tenho excelentes professores, que fazem ‘das tripas coração’ para dar aulas excelentes”, comentou.

**COMO FOI FEITO O RANKING**  
A Folha classificou as instituições de ensino superior do país a partir de uma fórmula que considera 4 critérios

Distribuição dos pontos por indicador\*

- 55** PESQUISA ACADÊMICA\*\*  
Análise de nove itens relacionados à produção científica das universidades, como total de artigos científicos publicados
- 20** QUALIDADE DO ENSINO  
Consulta do Datafolha a 597 pesquisadores que listaram as dez melhores instituições do país, em termos de ensino, na sua área de atuação
- 20** AVALIAÇÃO DO MERCADO\*\*  
1.212 executivos de Recursos Humanos de empresas e instituições brasileiras também foram consultados pelo Datafolha. Eles avaliaram as melhores instituições de ensino superior em pelo menos um dos 20 cursos que mais formaram em 2010, como administração, direito e pedagogia
- 5** INOVAÇÃO  
Quantidade de patentes pedidas no Inpi pelas universidades

41 faculdades e centros universitários foram mencionadas na avaliação do mercado e dos pesquisadores

191 universidades brasileiras foram avaliadas nos quatro indicadores acima

232 é o total de instituições de ensino superior classificadas

\*\*Base considerada no artigo publicado em 2008 e 2009 por técnicos que estão na base "Who's at the top" do Times Higher Education, que reúne notas de 12 mil instituições de todo o mundo com base no impacto de seus artigos (de acordo com o índice de citações)

\*\*Os dois critérios do Datafolha foram definidos de acordo com o levantamento e a opinião de quem consultamos em todo o país

Para o mestrando em Comunicação Social Clayton Nobre, a pesquisa da Folha está embasada em critérios de produtividade e por isso não pode ser tomada como referência. “A gente sabe que só isso [produtividade] não é a essência de uma boa universidade. Além do mais, a pesquisa ainda fez avaliação do mercado, contribuindo pra aquela visão reducionista de que a universidade serve pra formar o aluno para o mercado de trabalho”, criticou.

A análise vem justamente de um estudante formado pela Ufam e que está concluindo o mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais, considerada, pelo RUF, como a segunda melhor instituição do país. “Mais do que qualidade, eu queria uma universidade que pudesse ser uma boa base pra minha pesquisa, com um bom grupo, área de concentração correspondente, entre outros”, concluiu. A reportagem tentou contato com a reitoria, mas não obteve sucesso.



# espaço cultural

Aproximadamente 400 pessoas, entre alunos, docentes e membros da sociedade em geral, participaram da “Virada Cultural da Greve”. A iniciativa inovadora, coordenada pelo Comando de Greve Estudantil (CGE), foi uma das alternativas para protestar durante o período de paralisação dos professores da Ufam, nos últimos quatro meses. Durante 24 horas ininterruptas, o público presente prestigiou 42 atrações culturais gratuitas, entre oficinas, exposições, espetáculos de dança e shows de bandas como Small Dik, Distrito 13 e BodóHell (de Parintins), além de rappers como DJ MC Fino e DJ Portuga. A atividade foi realizada entre os dias 17 e 18 de agosto, nas redondezas da sede da Adua, no Campus Universitário. A reitoria da Ufam foi avisada oficialmente e deu o aval para realização do evento.

## Humor

### Greve ganha versão história em quadrinhos



Com criatividade e bom humor, o Comando Local de Greve da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT), localizada em Uberaba (MG), criou uma ferramenta para informar os motivos da paralisação nacional dos professores das universidades federais. O movimento paredista mineiro divulgou em todo País o “Boletim Especial HQ UFTM em greve”, uma publicação que utiliza os traços e a linguagem da história em quadrinhos (HQ).

Em apenas quatro páginas, o boletim

retrata o episódio “Por que a greve dos professores federais continua?”, protagonizado pelas personagens Laura e Bia, duas universitárias com opiniões bem diferentes. Uma delas está revoltada com as mobilizações e quer voltar às aulas. Já outra tem uma visão contrária, é a favor da greve. Em um diálogo informal, uma estudante esclarece para outra, detalhadamente, os motivos da greve, bem como a proposta dos professores, apresentando, inclusive, gráficos, para facilitar a

compreensão.

Em Manaus, o folheto foi reproduzido pelo Comando Local de Greve da Ufam e distribuído nas passeatas, atos públicos e assembleias realizadas durante o mês de agosto. “Apesar de ser uma ferramenta mais descontraída e lúdica, explica didaticamente a situação, ressaltando inclusive que a própria mídia não está esclarecendo as dúvidas da população. É realmente um trabalho exemplar”, ressaltou o presidente da Adua, Antônio Neto.

## Vale a pena ver



Eliane Guerini  
 .....  
 Título original: ‘Kolya, uma lição de amor’  
 Gênero:  
 País de origem: República Tcheca  
 Tempo de duração: 101 minutos  
 Ano: 1996

Violoncelista mulherengo se casa por dinheiro e acaba tendo de bancar a babá. Essa é a sinopse de “Kolya - Uma Lição de Amor”, filme de Jan Sverak que consegue emocionar o espectador ao registrar o nascer de uma amizade entre um homem tcheco de meia-idade e um garoto russo de 5 anos.

A trama enfoca como a diferença de idade e de língua pode ser superada em um relacionamento -principalmente quando os envolvidos são obrigados a viver juntos e descobrem que não é tão difícil se adaptar ao cotidiano do outro.

O garoto Kolya (interpretado por Andrej Chalimon) é deixado na porta do músico Louka (Zdenek Sverak) depois da fuga de sua mãe para a Alemanha e da morte de sua avó.

Como Louka aceitou o casamento arranjado com a professora -a mulher estava interessada na cidadania tcheca para poder deixar a URSS-, ele passou a ser o único responsável pelo menino. E, para não ter mais problemas com as autoridades, ainda precisa fingir que se trata de uma ligação legítima bancando o bom padrasto.

No início, os dois sofrem com a nova situação. Louka é egoísta demais para conseguir se preocupar com outra pessoa, e Kolya sente falta da família. O drama dá lugar à comédia quando o músico arrasta o garoto até o trabalho.

Detalhe: depois de ter sido despedido da Orquestra Filarmônica de Praga -resultado de perseguição do governo comunista-, Louka ganha a vida tocando em funerais e reforça o orçamento doméstico restaurando lápides de cemitério.

Depois da estranheza inicial, os dois vão se aproximando, e a trama começa a envolver de fato o espectador. Tocado pela doçura da criança, o músico sofre uma visível transformação -parece finalmente amadurecer- e passa a ver o mundo de outra forma.

Chega a se divertir dando banho no menino, fazendo comida, comprando roupa de criança e não se incomoda em ligar para uma professora de russo no meio da noite e pedir que ela conte uma história infantil pelo telefone para que Kolya consiga dormir. Quando os dois já estão completamente adaptados à situação e até felizes, a mãe do menino volta para buscá-lo -depois da chamada Revolução de Veludo, que tirou os russos do poder na antiga Tcheco-Eslováquia, em 1989.

É impossível ignorar o fundo político que permeia a trama principal. O diretor Sverak faz um bom trabalho ao mostrar como as circunstâncias históricas interferem no dia-a-dia de cada um. A grande surpresa do filme é mesmo a atuação do garoto Andrej Chalimon -escolhido entre 200 candidatos. É difícil não se emocionar com algumas de suas cenas -o menino se perde na estação de trem e usa o chuveirinho do banheiro como telefone para simular uma conversa com a avó.

Diferentemente do que acontece na maioria dos filmes norte-americanos com atores mirins, a criança aqui age como criança -sem aquela pretensão de surpreender os adultos com frases inteligentes e comportamento precoce demais para a idade.

Eliane Guerini é jornalista da Folha de São Paulo

## Vale a pena ler



Daisy Carvalho  
 .....  
 Livro: **Mulheres**  
 Autor: **Charles Bukowski**  
 Tradução: **Reinaldo Moraes**  
 Editora: **FNAC**  
 Nº de páginas: **320**  
 Valor: **R\$ 45**

“Mulheres” é um livro alter ego do escritor, pois seu personagem Henry Chinaski é igualmente alcoólico, viciado em mulheres e em corrida de cavalos; e escritor também, portanto se quiser saber desse fenômeno que antecede

deu os beatniks, é só ler.

Seus livros são procurados por jovens que querem saber como lidar com a melancólica situação de ser humano, sem precisar lidar com subterfúgios hipócritas.

Tem mais de cinquenta livros, inéditos em sua maior parte, um verdadeiro tesouro oculto. Inclusive, para quem estiver interessado, há um belo livro seu de poemas, publicado pela Spectro Editora, Hino da Tormenta e mais quatro que a editora ficou de publicar no Brasil. Preciso conferir porque são imperdíveis. Fonte de inspiração para quem escreve ou quer apenas compreender melhor a vida

que nos cerca através de belíssimos poemas.

Charles Bukowski bebeu até morrer mas morreu com idade surpreendente a julgar sua total falta de escrúpulo com a saúde. Para ele só importavam a literatura, as mulheres, os cavalos e seus inseparáveis drin'ks.

Mas, como disse no início, é até hoje o escritor americano de maior referência, o que significa que, para o bem da humanidade leitora e escritora, herdamos a eternidade de um poeta paradoxalmente lírico, contundente, sujo, mas absolutamente requintado com as palavras.

Daisy Carvalho é crítica do site lendo.org

## Artigo

## Mas, alguns jornalistas...

Celso Vicenzi

A palavra “mas” é uma conjunção coordenada adversativa, utilizada, pelo que se lê nas boas gramáticas, em situações que indicam oposição, sentido contrário. Tem sido empregada, também, com muita insistência, por boa parte dos jornalistas, principalmente os mais conhecidos colunistas e comentaristas de jornais e tevês – nacionais e regionais –, para turvar a realidade. Virou quase um mantra jornalístico. “A greve é um direito assegurado pela Constituição ao trabalhador brasileiro, mas...” não deveria prejudicar a população que necessita dos serviços da categoria, não deveria impedir o direito de ir e vir da população (muito comum quando ocorre no transporte coletivo); é justa, “mas” os alunos são os maiores prejudicados (e a culpa cai no colo do professor e nunca do prefeito, governador ou presidente). “Mas” a crise na Europa preocupa e não é hora de o governo brasileiro conceder reajuste de salário aos servidores. Esta a desculpa mais recente. Como se conclui, a greve é um direito do trabalhador, “mas” só poderá ser exercida se não ocasionar problema para ninguém, seja o empresário, seja o governo, seja o povo.

Mas a greve é um instrumento de pressão justamente pelos possíveis danos (financeiros) ou transtornos (à população e aos usuários dos serviços em questão) que é capaz de provocar. Infelizmente. Toda a tensão gerada, numa sociedade democrática e cidadã, deveria resultar em poder de pressão sobre os empregadores – privados ou públicos –, para que buscassem, o mais rápido possível, um acordo justo com os grevistas. “Mas”, com a ajuda determinante da mídia nacional, não é assim que ocorre. O ônus recai somente sobre o grevista.

A greve dos professores é justa, “mas” os governos e os municípios não têm como arcar com as despesas. A simples declaração de um presidente da República, de um governador ou de um prefeito é prova cabal dessa impossibilidade. Nenhum repórter se interessa em vasculhar os gastos do poder público, para conferir se existe mesmo essa impossibilidade.

Nenhum repórter parece se escandalizar quando o STJ determina que os servidores da Anvisa e do Ministério da Agricultura devem manter 70% do seu pessoal trabalhando. Mais um pouco e a Justiça brasileira há de determinar que, sim, podem fazer greve, “mas” que continuem trabalhando... Ninguém discute que a própria lei de greve da iniciativa privada – depois estendida para o serviço público, por falta de uma regulamentação específica – prevê apenas 30% dos trabalhadores atuando em serviços essenciais. Esta ilegalidade flagrante não interessa à mídia discutir. Como também não interessa



Foto: Reprodução

abordar a inconstitucionalidade de transferir atividades exclusivas do funcionalismo público federal para estados e municípios, como se fosse possível, de uma hora para outra, substituir profissionais com conhecimentos muito específicos sobre atividades em portos, aeroportos e fronteiras, sem pôr em risco a própria segurança da população.

Cabe aos trabalhadores lutar, sempre, para manter os direitos conquistados, entre eles, o poder de compra do salário, sob pena de vê-lo diminuir gradativamente, aumentando na outra ponta o “lucro” do empregador, seja ele governo ou iniciativa privada. No caso dos governos, dinheiro que geralmente é transferido, em boa parte, para a iniciativa privada, sob as mais variadas formas de concessões (empréstimos subsidiados, isenções fiscais etc.). Não precisa ser nenhum gênio em economia ou história para saber qual é o lado mais fraco nessa disputa e o quanto é legítimo lutar para mudar essa correlação de forças. E é exatamente nessa hora crucial que boa parte dos jornalistas, sobretudo colunistas e comentaristas, não têm dúvida em ficar do lado do mais forte. Basta sacar do bolso um “mas” e não contextualizar informações que seriam fundamentais para saber se determinado pleito pode ou não ser atendido. Geralmente, é um festival de clichês, afirmações não comprovadas, que vão se legitimando e influenciando a opinião pública pela simples repetição. Não importa que o número de servidores públicos federais se mantenha praticamente o mesmo há 20 anos, a mídia sempre vai alertar para o aumento dos gastos públicos, como se não houvesse nenhuma relação entre número de servidores, salários, órgãos bem equipados e a qualidade no atendimento à população.

A forma mais comum de falsear a realidade é trabalhar com números absolutos. No caso recente da greve do serviço público federal, para citar um exemplo, diz

o governo que, se fosse atender a tudo o que pedem os servidores, iria onerar o caixa do governo em cerca de R\$ 92 bilhões. Números atirados a esmo, sem contextualizações, sempre parecem eloquentes e induzem à conclusão da impossibilidade de estender o benefício aos trabalhadores.

No entanto, esses mesmos jornalistas, colunistas, comentaristas não ousam perguntar para onde vai o dinheiro que o país produz, com o suor de todos os trabalhadores. Por que o governo abriu mão, desde

2008, de R\$ 26 bilhões em impostos para a indústria automotiva? Que, por sua vez, enviou quase R\$ 15 bilhões ao exterior, na forma de lucros e dividendos? O “fator previdenciário” retirou mais de R\$ 21 bilhões dos trabalhadores. Quem mais se beneficia, há séculos, é justamente a elite

econômica e a classe política do país, que atuam em parceria. Se isso não fosse verdade, o Brasil não seria um dos países com a pior distribuição de renda do planeta.

Valores nominais, insisto, não explicam muita coisa. É preciso sempre comparar. Ao contrário do que diz a mídia, os gastos do governo federal com os servidores, em 2000, eram de 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Doze anos depois, é menor ainda. A projeção é que feche o ano de 2012 em 4,15%. O país tem hoje praticamente o mesmo número de servidores do início do governo FHC, e a população que demanda por serviços cresceu. E há um agravante: quase 50% deve se aposentar nos próximos dez anos. Como manter serviços de qualidade com órgãos sucateados e sem profissionais treinados e motivados para o exercício da função? Se isso vale para a iniciativa privada, deve valer também para a administração pública.

**Nem um repórter demonstrar estranheza quando o STJ determina o corte do salário dos servidores**

Somente em isenção fiscal, nos últimos dois anos, o país concedeu mais de R\$ 150 bilhões a pouco mais de uma dúzia de ramos industriais. E o cofre continua aberto, pois, nas palavras do próprio ministro da Fazenda Guido Mantega, “qualquer setor que estiver interessado na desoneração da folha, representado por sua entidade, deve entrar em contato conosco” (Agência Brasil). Tudo em nome de boas causas: a manutenção de empregos e o aumento da competitividade industrial. Sobre lucros que tornam o Brasil um dos campeões da desigualdade na distribuição de renda, nenhuma linha, nenhuma palavra. Porque por trás do discurso das “dificuldades” sempre está a transferência de renda dos trabalhadores para os empregadores.

O mito de que se gasta demais com os servidores públicos federais também não resiste à observação correta dos números. Quaisquer que sejam os valores apresentados por quem tenta defender a tese de que o gasto é excessivo – diferente de se é bem aplicado, porque esta seria uma boa discussão –, não dá para se contrapor a uma evidência: a Receita Corrente Líquida, ou seja, o que o governo arrecada em impostos, comparado com o que o governo paga ao funcionalismo público federal, diminuiu de 56,2% em 1995 para 32,1% em 2011, conforme registra o Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento.

A mídia, que bate forte na greve do funcionalismo público federal – como é de praxe em greves de quaisquer trabalhadores –, não demonstra nenhum interesse em trazer para a opinião pública do país o tema que é central para esclarecer um “rombo” nas finanças da União, que enriquece um grupo muito pequeno de investidores e amplia a desigualdade no país: a dívida pública, superior a R\$ 2,1 bilhões por dia! Em 2011 foram destinados R\$ 708 bilhões para a dívida pública que, aliás, nunca foi auditada, apesar de vários indícios de ilegalidades e ilegitimidades desde os anos 70, conforme denuncia Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida.

Para concluir: no Brasil, a greve é um direito do trabalhador, “mas” só pode ser exercida se não vier a causar nenhum tipo de prejuízo ou problema a quem quer que seja. E tem sido cada vez mais regulamentada – favoravelmente ao capital – pelo Judiciário. Uma espécie de ditadura da democracia, com jurisprudência legal. Não é sem razão que, historicamente, quando a justiça não mereceu este nome, grandes avanços sociais foram feitos, inicialmente, à margem da legalidade.

**Celso Vicenzi é jornalista e assessor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de SC (Sintrafesc) (publicado por Adital em 29.08.2012)**